

CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL E DO ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO: A DIVISÃO REGIONAL DE 1942 COMO INSÍGNIA DO PROJETO DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL

Deborah Cristina Alves¹ 

Rita de Cassia Martins de Souza² 

Destaques:

- Influência teórica das Escolas Nacionais de Geografia francesa e americana na Geografia brasileira;
- O IBGE como expressão da pesquisa geográfica e estatística na administração do território nacional;
- Inserção da divisão regional de 1942 no projeto de reajustamento político-territorial brasileiro;
- Dinamização, modernização e integração do território nacional a partir da regionalização de 1942;
- Caráter de segurança nacional e integração de mercados regionais assumido pela política territorial.

Resumo: O presente trabalho realiza uma breve explanação acerca dos aspectos e intencionalidades que subjazem à primeira divisão regional do território brasileiro, em 1942. Esse modelo regional que emerge durante o Estado Novo insere-se em um contexto de contundentes transformações da sociedade brasileira, trata-se da articulação das bases que sustentaram a constituição do capitalismo industrial e do Estado capitalista brasileiro. Desse modo, o propósito deste texto é demonstrar como a articulação de um modelo teórico para o ordenamento do território brasileiro serviu ao projeto de instrumentalização do espaço nacional visando a promoção da consolidação do capitalismo industrial no País.

Palavras-chave: Ordenamento territorial; Industrialização; Planejamento Regional; Geografia; Estado Novo.

CONSOLIDATION OF INDUSTRIAL CAPITALISM AND THE BRAZILIAN CAPITALIST STATE: THE 1942 REGIONAL DIVISION AS AN EMBLEM OF THE TERRITORIAL (RE)ORGANIZATION PROJECT

Abstract: This study offers a brief explanation about the underlying aspects and intentions behind the first regional division of the Brazilian territory in 1942. This regional model, emerging during the Estado Novo (New State), falls within a context of

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: d234230@dac.unicamp.br.

² Professora Associada do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: ritacmsou@gmail.com.

significant transformations in the Brazilian society. It represents the articulation of the foundations that supported the establishment of industrial capitalism and the Brazilian capitalist State. Thus, the main purpose of this study is to demonstrate how the articulation of a theoretical model for organizing the Brazilian territory served the project of instrumentalizing the national space to promote the consolidation of industrial capitalism in the country.

Keywords: Regional Division; Industrialization; Regional Planning; Geography; Estado Novo.

CONSOLIDACIÓN DEL CAPITALISMO INDUSTRIAL Y DEL ESTADO CAPITALISTA BRASILEÑO: LA DIVISIÓN REGIONAL DE 1942 COMO EMBLEMA DEL PROYECTO DE (RE)ORDENAMIENTO TERRITORIAL

Resumen: Este trabajo ofrece una breve explicación de los aspectos e intenciones subyacentes detrás de la primera división regional del territorio brasileño en 1942. Este modelo regional, que surge durante el Estado Novo, se sitúa en un contexto de transformaciones significativas en la sociedad brasileña. Representa la articulación de los fundamentos que respaldan el establecimiento del capitalismo industrial y del Estado capitalista brasileño. Por lo tanto, el objetivo de este texto es demostrar cómo la formulación de un modelo teórico para organizar el territorio brasileño sirvió al proyecto de instrumentalización del espacio nacional con miras a promover la consolidación del capitalismo industrial en el país.

Palabras clave: Planificación Territorial; Industrialización; Planificación Regional; Geografía; Estado Novo.

INTRODUÇÃO

A busca de uma síntese das múltiplas dimensões espaciais que devem se vincular à produção de singularidades coerentes, delimitando, dessa forma, porções relativamente estáveis e contínuas do espaço geográfico constitui-se, de acordo com Haesbaert (1999), como elemento basilar da questão regional.

A divisão do espaço geográfico em regiões pode ser considerada um projeto de duplo caráter: científico e político; pois é amplamente ditada tanto por interesses científico-acadêmicos, quanto por necessidades do planejamento ou da gestão territorial.

Enquanto atividade acadêmico-científica, a divisão regional é um exercício de discussão e de elaboração de um arcabouço conceitual, teórico e metodológico que objetiva a construção de um modelo interpretativo do Real, como um instrumento lógico. Esse conhecimento pode subsidiar o planejamento fundamentalmente no que se refere à definição de uma base territorial institucionalizada para o levantamento e a divulgação de dados estatísticos, bem

como para a sistematização de planos de ação governamental em conformidade com as demandas e especificidades do ordenamento territorial.

Dessarte, o presente trabalho se propõe à realização de uma discussão acerca do ordenamento territorial brasileiro, tendo a primeira divisão regional oficial do Brasil – em 1942 – como objeto de análise. Compreendida como questão de coesão nacional, a divisão regional de 1942 integrou um vasto projeto de reajustamento do quadro político-territorial brasileiro empreendido durante a Era Vargas. Esse modelo regional que emerge no contexto do Estado Novo é produto do ensejo de um intenso debate no meio militar e científico sobre a questão da divisão territorial após as transformações na organização do espaço brasileiro ocorridas a partir de 1930.

A Revolução de 1930 é considerada marco da consolidação do regime capitalista no Brasil (Oliveira, 1993). É, pois, nesse período, que se torna pujante a expansão da economia nacional, tratando-se da constituição do capitalismo industrial e do Estado varguista. A consolidação do capitalismo-industrial no país estabeleceu um conjunto de novas dinâmicas econômico-territoriais, criando, conseqüentemente, o imperativo de se repensar o ordenamento do espaço brasileiro.

A constituição do capitalismo industrial e do Estado capitalista brasileiro se tratou do corolário de um conjunto de transformações de ordem econômica, política e ideológica operacionalizadas no Brasil na passagem entre os séculos XIX e XX. Dá-se a esse processo histórico, conforme Florestan Fernandes (1976), a denominação de Revolução Burguesa no Brasil que, embora, detendo um curso profusamente distinto do europeu, apresentou intenções que culminaram na formação de funções e destinos sociais análogos àqueles que se instrumentalizaram na realidade europeia.

Trata-se de um período de intenso reordenamento, momento que possibilitou um conjunto de transformações de ordem econômica, política, tecnológica, psicocultural e social se operacionalizar e a dominação burguesa se consolidar (Fernandes, 1976).

Nesse momento, observa-se o rearranjo da ordem econômica em que a crise da economia cafeeira, paralela ao desenvolvimento de uma base urbano-industrial, constituíram-se enquanto arcabouço das transformações na

organização do espaço brasileiro que emergiram no alvorecer do século XX. Faz-se, portanto, importante ressaltar, no que concerne à recomposição de forças oligárquicas e burguesas, que a crise do poder oligárquico não foi “propriamente um ‘colapso’, mas o início de uma transição que inaugurou, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa” (Fernandes, 1976, p.203).

A elaboração da primeira divisão regional insere-se, pois, em um período de contundentes transformações na sociedade brasileira. Destarte, haja vista que os aspectos e intencionalidades que subjazem à primeira regionalização oficial obedeciam aos reclames do momento histórico no qual estavam inseridos faz-se, portanto, mister o entendimento da conjuntura e dos processos que influíram para a elaboração do modelo de divisão oficializado na década de 1940.

As transformações na sociedade brasileira no alvorecer do século XX: o remodelamento das forças políticas e econômicas

Dada a tendência monopolista do capitalismo mundial, decorrente de um admirável e progressivo desequilíbrio na economia internacional (Furtado, 2007), irrompeu-se uma crise econômica global que teve como marco o crash da bolsa de valores de New York, em 1929. A crise do capitalismo na década de 1930 relaciona-se, sobremaneira, às transformações que se efetuaram na economia nacional no período subsequente. Dessa maneira, tem-se que a crise econômica mundial foi decisiva para o colapso do mercado exportador cafeeiro e fomentou a queda acentuada no valor das exportações realizadas pelo Brasil.

Em 29 de outubro de 1929, a quebra da Bolsa de Nova York assinalou o estopim da mais aguda crise do sistema de acumulação capitalista no século XX. A racionalização do sistema nesse período correspondeu:

[...] a algo muito próximo do colapso da economia mundial, que agora parecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) reforçava o declínio em todos os outros (Hobsbawm, 1996, p. 95).

Dado que na dinâmica inerente às economias exportadoras de matérias-primas e alimentos – como no caso brasileiro – as aplicações realizadas pelo setor

empresarial estão subordinadas a uma limitada variedade de produtos requeridos pelo mercado internacional. Tem-se que o café fora, até então, o principal artigo da economia nacional. Enquanto o preço desse artigo ofereceu vantagens econômicas, os capitais gerados no país acorreram para a produção dessa *commodity*, fomentando a expansão da produção. Dadas tais circunstâncias, tem-se que a expansão da economia cafeeira não foi gerida pela procura, mas pela própria economia cafeeira com base na vasta disponibilidade de capital, mão-de-obra e terras subocupadas (Furtado, 2007).

A excepcionalidade das condições oferecidas pelo Brasil a essa cultura culminou em uma monumental produção. De acordo com Furtado (2007), no final do século XIX os cafeicultores brasileiros controlavam três quartas partes da oferta mundial desse produto, sendo que a manutenção dos preços era realizada mediante a redução “artificial” da oferta.

O complexo mecanismo de defesa da economia cafeeira brasileira possibilitou, até fins do terceiro decênio do século XX, a manutenção de elevados valores desse produto no mercado internacional e, por conseguinte, elevada lucratividade aos produtores. Os elevados rendimentos oriundos da produção cafeeira fomentaram, ainda mais, a expansão das plantações, regime que perdurou mesmo no contexto de involução da demanda ocasionado pela crise econômica internacional, cujo ápice se deu em 1929. Engendrou-se, dessa maneira, uma situação de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura.

Furtado aponta que “em 1929 o valor dos estoques acumulados de café sobrepassou dez por cento do produto territorial do ano” (Furtado, 2007, p.260). Os estoques acumulados pressionavam o mercado ocasionando a baixa dos preços e grandes prejuízos aos produtores. Tendo em conta que os estoques de café avultavam sem possibilidade de empregabilidade econômica num futuro previsível “o Brasil se tornou um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor” (Hobsbawm, 1995, p.96).

Paralelamente à queda das exportações de café, as altas taxas de importação impostas pelo *New Deal* de Franklin D. Roosevelt (1933-1945) suscitou que a oferta interna suprisse demandas que outrora eram cobertas pela

importação. Desse modo, ocorre que “a crise cambial [encareceu] os bens até então importados e, no limite, a não-disponibilidade de divisas e a Segunda Guerra Mundial [impediu], até do ponto de vista físico, o acesso aos bens importados”, conseqüentemente se estruturou uma demanda contida e/ou insatisfeita que se articulou como “horizonte de mercado estável e seguro para os empresários industriais que, sem ameaça de competição, [puderam] produzir e vender produtos de qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados” (Oliveira, 2003, p.48).

A força da procura interna em detrimento da externa fez com que o setor voltado ao mercado interno promovesse melhores oportunidades de inversão que o setor de exportação. Desse modo, operou-se a preponderância do mercado interno na formação de capital, fenômeno completamente novo na economia brasileira. De acordo com Eli Penha (1993), a crise de 1929 rearticulou a organização internacional das relações de produção de tal modo que possibilitou que países com potencial industrializante, tal como era o caso brasileiro, fossem capazes de reorganizar suas economias a partir da produção de alguns bens de consumo.

A crescente lucratividade associada à progressiva atração de capitais formados ou desinvestidos do setor exportador promoveu o próspero crescimento do setor interno brasileiro. Em um primeiro momento a expansão da produção se deu através do aproveitamento mais intenso da maquinaria já instalada no país, a título de exemplo citamos a indústria têxtil “cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida” (Furtado, 2007, p.279).

Posto isso, o aproveitamento incisivo da maquinaria industrial promoveu uma crescente rentabilidade do capital aplicado nesse setor, viabilizando a criação de fundos necessários à expansão industrial. No mais, a possibilidade de aquisição a preços reduzidos de equipamento de segunda mão no exterior contribuiu para o desenvolvimento desse setor. À vista disso, tem-se que “algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na Depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamentalmente atingidos pela crise industrial” (Furtado, 2007, p.279).

Nessa perspectiva, tem-se que a expansão da produção industrial promoveu o crescimento da demanda por bens de capital em um contexto de elevação do valor da importação desses bens – aumento ocasionado devido à depreciação cambial –, o que levou à intervenção ativa do Estado criando condições adequadas à instalação em território nacional de indústrias de bens de capital. O processo foi marcado, dessa forma, conforme os estudiosos mencionados, pela intervenção ativa do Estado, o estabelecimento do processo de substituição das importações e o aumento do mercado interno brasileiro.

Assevera-se que do corolário de uma multiplicidade de fenômenos e relações, de ordem interna (conflitos e crises de ordem social e regional) e externa (a crise de 1929 e o clima bélico mundial), germinaram as bases para o desenvolvimento de um capitalismo de Estado no Brasil (Draibe, 2004).

Para os propósitos deste trabalho é importante destacar que a crise de 1929 não só corroborou para o reordenamento da conjuntura econômica pretérita, mas também foi preceptora do ideário da necessidade de articulação de um Estado mais centralizado, racional e moderno, ou seja, para o reordenamento territorial brasileiro e a conseqüente divisão regional oficial do país.

A tônica do governo varguista – no que concerne ao desenvolvimento de um Estado nacional capitalista – baseou-se na centralização, burocratização e racionalização em torno da esfera estatal (Penha, 1993). O governo de Getúlio Vargas, respaldado pela elite urbano-industrial e por uma ala da elite oligárquica disposta a investir na economia urbana – ambas críticas à hegemonia cafeeira – foi caracterizado por forte intervencionismo estatal, fundamentado na racionalidade administrativa, “na qual a centralização de comandos e a descentralização executiva reforçavam o desempenho do conjunto” (Penha, 1993).

Grosso modo, entre 1930 e 1945 houve, de maneira centralizada e nacionalmente articulada, uma acelerada constituição do aparelho político-econômico brasileiro. A constituição desse aparelho se deu a partir da centralização e da burocratização político-administrativa. A partir da instrumentalização dos mecanismos de gestão do território, reuniu-se o controle da administração nacional.

Destarte, tem-se que a constituição do aparelho estatal brasileiro se materializou através da criação de “organismos executivos e diretivos, de políticas gerais ou setoriais”, como também por meio de “[...] vários órgãos de caráter consultivos, normativo ou deliberativo, responsáveis por políticas referentes às grandes áreas da atividade econômica ou às esferas mais abrangentes da ação estatal” (Draibe, 2004, p.76).

A política de constituição do aparelho administrativo do Estado foi traçada pelo princípio da centralização dos comandos e descentralização funcional ou administrativa. Dessa forma, “condensam-se simultaneamente, num curto período histórico, as múltiplas faces de um processo de organização das estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista” (Draibe, 2004, p.76) havendo, nesse sentido, a introdução de aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que possibilitaram o avanço da acumulação industrial.

O processo de centralização promovido durante o Governo Vargas esteve intrinsecamente relacionado à política de integração nacional e resultou na composição de mecanismos voltados ao controle das esferas estratégicas da economia brasileira. O estabelecimento de uma política de centralização em torno da esfera estatal realizou-se da necessidade do governo em promover a unificação político-administrativa dos mecanismos de atuação na relação entre estados e poder central (Penha, 1993).

A política de integração nacional durante o Governo Vargas: criação, modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística e geográfica

No âmbito do processo de centralização desenvolvido pelo governo Vargas o planejamento econômico conjuntamente às políticas territoriais foram tópicos tratados com primazia. No tocante ao território brasileiro, um conjunto de obstáculos se impunha à consecução das políticas governamentais. Tratava-se, pois, de um país caracterizado pela imensidão territorial, vastas discontinuidades de ocupação efetiva, clivagens regionais, comunicação interna deficiente e poderio local copiosamente consolidado (Penha, 1993). À vista disso, tem-se que

a estruturação de dispositivos que possibilitassem o conhecimento e controle territorial constitui-se como premissa à formulação de políticas governamentais.

Em face dessas circunstâncias, empreenderam-se esforços para que houvesse a criação, modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística e geográfica, visando o conhecimento mais preciso e integrado acerca das características fisiográficas, sociais e econômicas do território, sendo que esse movimento de renovação dos instrumentos de pesquisa foi expressão da concentração do poder pelo Estado.

Desse modo, a partir de 1932 foram iniciadas articulações visando a modernização de órgãos federais de coleta e o aperfeiçoamento das bases de dados estatísticos acerca do território nacional. No ano seguinte, a Comissão Interministerial apresentou um anteprojeto para criação de órgão responsável pela coleta de dados estatísticos. Dessa maneira, em 1934 foi criado o Instituto Nacional de Estatística (INE), uma entidade federativa com a finalidade de

[...] promover, fazer executar ou orientar tecnicamente o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República (Brasil, 1934).

Apesar de legalmente instituído em 1934, a instalação desse Instituto data de 29 de maio de 1936, nesse mesmo ano a Convenção Nacional de Estatística criou o Conselho Nacional de Estatística (CNE). Em 1937 foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), sendo incorporado ao Instituto Nacional de Estatística (INE), como também autorizado a aderir à União Geográfica Internacional (UGI) (Draibe, 2004).

Finalmente, em 26 de janeiro de 1938, através do Decreto-Lei nº 218, foi criado, a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE) e em um contexto de ditadura do Estado Novo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destarte, o IBGE era composto pelo Conselho de Estatística e pelo Conselho de Geografia, além da Comissão Censitária Nacional, que tinha fins de executar o Recenseamento de 1940. O IBGE passou então a centralizar, na esfera federal, a “coordenação dos serviços de informação e estudos de natureza estatística, geográfica, geodésica e cartográfica, controlando os serviços estaduais e municipais por intermédio de convênios” (Draibe, 2004).

Desse modo, “uma Geografia de levantamento (Estatística, na denominação clássica) fora a meta, claramente exposta por Vargas nos documentos de fundação destes órgãos”. O presidente “[...] fala de uma Geografia que sirva como instrumento do ‘poder nacional’, num discurso de grande paralelismo com o proferido por Napoleão Bonaparte na fundação do Instituto de Geografia da França”. Assim, “[...] a Geografia é posta claramente como um instrumento de um Estado modernizante, impulsionador do desenvolvimento capitalista do país” (Moraes, 2005, p.118).

Para tal, “empreendeu o IBGE a elaboração de estudos e sugestões com vistas ao reajustamento do quadro político-territorial”, compôs seu quadro de estudos: “ocupação efetiva do território; a divisão deste de maneira equitativa e racional, a localização adequada da capital da República; a distribuição ‘mais conveniente’ das massas demográficas, o surto de uma rede de núcleos urbanos”, como também “a racionalização dos limites e divisas; e o estabelecimento de uma rede rodoviária integradora da nacionalidade” (Penha, 1993, p.101).

A criação do IBGE expressou a importância da pesquisa geográfica e dos levantamentos estatísticos para a administração do imenso território brasileiro em via de integração socioespacial. Cabia a esse órgão “[...] realizar levantamentos e sistematizar informações do quadro territorial em todos os seus aspectos: físico, econômico, jurídico, político e populacional; realizar trabalhos cartográficos em variadas escalas”, bem como “[...] divulgar a cultura geográfica brasileira e promover a reorganização do quadro das unidades político-administrativas tal como a definição de limites, racionalizar a toponímia dos municípios e distritos e estabelecer uma nova divisão territorial” (Penha, 1993, p.16).

A resolução dessas questões era de suma importância à administração pública, haja vista estarem relacionadas a aspectos como divisão tributária e de verbas orçamentárias, processo de regulamentarização das terras urbanas e rurais, centros e pleitos eleitorais, como também dos conflitos em torno da partilha do poder local e estadual entre elites urbanas e rurais (Penha, 1993). Dessa maneira, tem-se que “[...] o material produzido pelos profissionais do Instituto, na forma de tabelas, mapas e censos, foi utilizado amplamente pelo

governo com o propósito de organizar o território brasileiro e intervir na ordem social e política do país, numa perspectiva centralizadora” (Aranha, 2014, p.3).

Orientado pelo princípio da racionalidade administrativa, o IBGE foi um importante instrumento técnico e científico de administração do território nacional. Dessa maneira, esse órgão foi guiado por dois vetores: “enquanto suporte de funcionamento da máquina estatal no tocante à implementação de políticas públicas e enquanto núcleo administrativo central responsável pelas formulações e execução de políticas territoriais” (Penha, 1993, p.16).

Movimento de grande importância que se dá nesse contexto – porém, como afirma Schwartzmann (1979), como uma “reação paulista” –, foi a criação da universidade sob novos princípios. A fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, consolidou-se numa base “moderna” a partir do intercâmbio de professores estrangeiros, sendo as missões francesas fundamentais nos cursos de humanidades. Segundo esse mesmo autor e outros estudiosos do tema, as ciências exatas e biológicas incorporaram profissionais da Itália, Alemanha etc. com maior intensidade. Machado (1995), afirma serem os princípios liberais franceses mais de acordo com os anseios da nova elite burguesa brasileira.

Na Universidade de São Paulo – dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) –, foi inaugurado o primeiro curso de Geografia e História no país. Evidencia-se, dessa maneira, que o desenvolvimento da Geografia brasileira se deu paralelamente na Universidade e no IBGE. Assim, “[...] as duas instituições assumiam o papel de profissionalização das primeiras gerações de geógrafos. As faculdades formavam os professores de Geografia; o IBGE treinava e formava os geógrafos especializados” (Aranha, 2014, p.3).

Ressaltamos, porém, que as universidades recém criadas, ainda que tivessem a “missão” de formar os primeiros professores especializados dessas áreas, não tardou a enveredar pela pesquisa. Décadas transcorreram até 1979, quando se instituiu a profissão do geógrafo, a despeito de muitos trabalhos de pesquisa já terem sido realizados nessas universidades, além daqueles do IBGE. Sem dúvida, uma significativa articulação se estabeleceu entre o Instituto e as Universidades, tendo os dois promovido encontros científicos e cursos que foram aproveitados por alunos, professores e geógrafos do Instituto. No IBGE, os

estágios tanto internos como no exterior, oportunizaram a qualificação dos profissionais formados nas universidades.

Importa aqui ressaltar para os objetivos deste trabalho que, no que se refere às academias, inicialmente o quadro docente dos cursos de Geografia no Brasil foi constituído por professores com influência da escola lablachiana. Lira (2017) ressalta a presença de geógrafos franceses no Brasil como Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Philippe Arbos, Francis Ruellan, desde 1934. Por sua vez, a partir da década de 1940 houve a recepção de estadunidenses como Preston James, Donald Pierson e alemães como Leo Waibel.

À vista disso, o arcabouço metodológico próprio das Escolas Nacionais de Geografia francesa e americana influenciou profusamente a composição da Geografia brasileira. Composição que se deu concomitantemente nos centros universitários e no IBGE, culminando no desenvolvimento paralelo do saber acadêmico e da gestão territorial. Assim,

o pensamento geográfico brasileiro estava intimamente ligado ao conhecimento do território nacional, à realização de levantamentos e trabalhos cartográficos. A geografia era dotada de um sentido de missão, colocando-se a serviço da integração e desenvolvimento do país (Aranha, 2014, p. 6).

Destarte, nesse contexto e sob essas influências, formaram-se os estudiosos que – através do Conselho Nacional de Geografia (CNG), órgão especializado do IBGE – foram os responsáveis pela elaboração de um projeto de divisão do território nacional. Essa empreitada se realizou no contexto de constituição do capitalismo industrial e do Estado capitalista brasileiro conforme aqui tratado e se prestou ao atendimento das necessidades impostas pelos ajustes territoriais (usando a conceituação de Harvey) necessários à conjuntura da época.

A primeira divisão regional do Brasil enquanto articulação teórica para a gestão administrativa do território

As crises que nas décadas anteriores à Revolução de 1930 abalaram a sociedade brasileira tornaram “[...] explícitos tanto os pontos de estrangulamento como a complexidade crescente do sistema econômico-financeiro do País”.

[...] em face das condições em que se manifestavam as crises, e das suas conseqüências, os diferentes grupos e classes sociais envolvidos compreenderam, por exemplo, a inadequação das superestruturas

político-administrativas então em vigor. [Por conseguinte] os novos governantes começaram a reformular, redimensionar e integrar órgãos governamentais preexistentes; ou criar novos (Ianni, 1986, p. 22).

No decorrer dos anos de 1930-1945, o governo federal, tendo em perspectiva a adequação das bases econômicas nacionais para a inserção do País na fase do capitalismo-industrial, empreendeu a criação de missões, departamentos, conselhos, companhias, institutos, fundações, bem como formulou um conjunto de planos de ação. Ianni (1986, p.23) demonstra que o Governo Federal suscitou a sistematização de informações, realização de debates, análise de problemáticas pertinentes à realidade nacional, tomada de decisões e a própria execução de medidas de política econômica, mediante a criação de:

1930 - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

1931 - Conselho Nacional do Café; Instituto do Cacau da Bahia.

1932 - Ministério da Educação e Saúde Pública.

1933 - Departamento Nacional do Café; Instituto do Açúcar e do Alcool.

1934 - Conselho Federal do Comércio Exterior; Instituto Nacional de Estatística; Código de Minas; Código de Águas; Plano Geral de Viação Nacional; Instituto de Biologia Animal.

1937 - Conselho Brasileiro de Geografia; Conselho Técnico de Economia e Finanças.

1938 - Conselho Nacional do Petróleo; Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); Instituto Nacional do Mate; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1939 - Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa.

1940 - Comissão de Defesa da Economia Nacional; Instituto Nacional do Sal; Fábrica Nacional de Motores.

1941 - Companhia Siderúrgica Nacional; Instituto Nacional do Pinho.

1942 - Missão Cooke; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

1943 - Coordenação da Mobilização Econômica; Companhia Nacional de Alcalis; Fundação Brasil Central; Usina Siderúrgica de Volta Redonda; Consolidação das Leis do Trabalho; Serviço Social da Indústria (SESI); Planos de Obras e Equipamentos; I Congresso Brasileiro de Economia.

1944 - Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; Serviço de Expansão do Trigo.

1945 - Conferência de Teresópolis; Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC); Decreto-Lei Nº 7.666, sobre atos contrários à ordem moral e econômica.

A consubstancialização das políticas econômicas em escala nacional – tendo a integração das regiões do país como princípio fundante – demandou a articulação de políticas territoriais. Esse “projeto”, conduzido pelo governo brasileiro, exigiu uma “[...] aplicação especial no conhecimento do território geográfico e na formulação de políticas para a sua administração” (Geiger, 1993 *apud* Penha, 1993, p.11). O ordenamento territorial assume relevante preponderância durante o Estado Novo, sendo o reajustamento do quadro político-territorial – com vistas à coesão, equilíbrio e desenvolvimento nacional – expressão desse projeto. A integração nacional, bem como a ocupação demográfica e econômica dos “vazios” territoriais – que carregavam, diga-se de passagem, um certo discurso civilizatório – assumem, nesse período, um caráter mais contundente de segurança nacional e integração do território nacional, respondendo ao profundo nacionalismo da era varguista (Anselmo, 2007).

Dessa maneira, sobretudo a partir da década de 1937, o Estado intensificou a promoção da ocupação econômica do interior na chamada “Marcha para o Oeste”. Tratava-se, conforme aponta Bomfim (2007), de possibilitar a expansão do capitalismo – mediante a modernização de sua base econômica – em direção às áreas cuja pujança desse sistema ainda era débil.

Tem-se, portanto, que nesse período, o projeto nacional brasileiro empreendeu-se, dentre um complexo conjunto de articulações de ordem política, cultural, social na impulsão econômica, cuja unidade territorial e identidade nacional funcionaram como pilares (Anselmo, 1997).

A definição de uma divisão regional oficial para o território brasileiro – que se apresentasse adequada para levantamento de dados estatísticos e estabilidade por um longo período – era imprescindível à formulação e promoção de políticas econômico-territoriais em um contexto de incentivo à industrialização. Assim, “esta divulgação de dados estatísticos já trazia embutida a idéia de dados para o planejamento” (Faissol, 1988), imprescindíveis no

desenvolvimento do processo industrializante do Brasil, sobretudo a partir da década de 1950, quando o planejamento econômico, urbano e territorial passou a ser exigência para o Estado. Inclusive gerando a necessidade da revisão da primeira divisão regional aqui tratada.

Em 1941, Guimarães antecipa que o agrupamento das unidades federadas em regiões pouco numerosas teria que se embasar na visão sintética e integrada das múltiplas realidades culturais e econômicas nacionais, bem como pela similitude entre problemáticas administrativas apresentadas por diferentes unidades federativas. O autor também salienta que a realização de comparações, análises e sínteses das diversas porções do território só seria possível se os dados e informações fossem ordenados sob uma mesma base de regionalização.

Diante dessa perspectiva, coube à Divisão de Geografia – unidade do Conselho Nacional de Geografia (CNG-IBGE) –, sob direção do engenheiro Fábio Macedo Soares Guimarães, a elaboração do modelo da primeira divisão regional oficial do Brasil. O propósito dessa divisão era o de apresentar a articulação teórica de uma regionalização que subsidiasse a gestão administrativa do território. A articulação dessa divisão deveria ser norteada por uma tríade normativa, estabelecida pela Assembleia-Geral do CNG, em perspectiva ao atendimento de demandas políticas e administrativas. O modelo regional deveria pautar-se em:

- a) Indivisibilidade de qualquer unidade componente;
- b) agrupamentos de Unidades Federadas ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características;
- c) fixação de um número reduzido de regiões para se efetuar a divisão.

O item “Indivisibilidade de qualquer unidade componente” demonstra que o Governo Federal estava disposto a não acirrar os conflitos regionais ainda latentes. Ocorre que o “[...] processo de constituição do Estado capitalista industrial brasileiro, significou a quebra das ‘autonomias estatais’ que amparavam os pólos oligárquicos, resultando numa crescente centralização do poder” (Penha, 1993). Os dispositivos constitucionais presentes na Constituição de 1937 retiraram repentina e abruptamente a autonomia política dos estados da federação e, conseqüentemente, de suas lideranças políticas.

Essa normativa prestava-se, pois, à manutenção das malhas de limites municipais outrora constituídas, demonstrando que o Governo Federal procurava evitar confronto mais direto com a elite agrária. No entanto, a criação das Grandes Regiões Naturais – orientada pela normativa “Agrupamentos de Unidades Federadas ligadas por ocorrências geográficas dominantes e características” – torpedeou indiretamente os regionalismos remanescentes e resquícios de autonomias estaduais (Penha, 1993).

A criação das Grandes Regiões atuou enquanto “uma forma de intervenção técnico-administrativa sobre os estados, ao mesmo tempo que incentivava o municipalismo, contribuindo para erodir o ‘muro’ federalista ‘por cima e por baixo’” (Penha, 1993, p.108). Ao apresentar uma perspectiva espacial que trespassava os limites dos estados, a articulação de um modelo oficial de regionalização promoveu determinados níveis de conflitos, bem como foi responsável por mobilizar interesses divergentes entre poder central e unidades federativas no tocante à concepção de domínio do território (Davidovich, 1985, *apud* Penha, 1993).

Dentre um vasto conjunto de propostas e sugestões de ordenamento territorial apresentado ao CNG – tanto por órgãos públicos e privados, quanto por trabalhos científicos individuais – a divisão regional elaborada pelo professor Delgado de Carvalho em 1913 foi selecionada por Guimarães e equipe como aquela que viria a ser o primeiro modelo de divisão regional oficial do território brasileiro.

Em 14 de julho de 1941, através da Resolução Deliberativa nº72 da Assembleia-Geral do Conselho Nacional de Geografia (CNG), essa proposta foi adotada enquanto divisão regional oficial do território nacional. Essa adoção se deu em um contexto de constituição do Estado Capitalista brasileiro, bem como de animosidade entre poder federal e estados. Obedecendo às determinações da presidência, ela se generalizou no País, objetivando-se ao atendimento da administração pública (Penha, 1999).

A apresentação do modelo de divisão regional para o território brasileiro selecionado pelo Conselho, assim como o arcabouço teórico-metodológico que subjazia a essa escolha foram apresentados em artigo científico publicado na Revista Brasileira de Geografia (1941). No trabalho, intitulado “Divisão Regional

do Brasil”, Fábio de Macedo Soares Guimarães discorre acerca da necessidade de instituição de um modelo único de divisão regional para território nacional, trata dos aspectos teóricos e práticos relativos à articulação dessa regionalização e demonstra que a proposta de divisão regional articulada por Delgado de Carvalho (1913) era a que melhor se adequava às demandas políticas da época.

O embasamento teórico com o qual Guimarães desenvolveu sua tese fundamenta-se em proeminentes geógrafos do século XX, especialmente franceses (como André Cholley, Jean Brunhes, Lucien Gallois, Vidal de la Blache, e – principalmente – Camille Vallaux), conforme sinaliza Contel (1990). No mais, a fundamentação teórico-conceitual do artigo foi articulada mediante as obras: Paul Vidal de la Blache (Lucien Gallois, 1918); *La Géographie Humaine* (Jean Brunhes, 1934); *Régions naturelles et noms de pays* (Lucien Gallois, 1909); *Atlas Général* (Vidal de La Blache, 1894); *Les Sciences Géographiques* (Camille Vallaux, 1929); *La Géographie politique d’après les écrits de M. Fr. Ratzel* (Vidal de La Blache, 1898).

O conjunto bibliográfico utilizado por Guimarães é marcado por geógrafos inscritos na denominada escola lablachiana de geografia que se fundamenta no princípio da ciência “asséptica”, pois, o objetivo de La Blache ao defender a “necessária neutralidade do discurso científico”, busca promover a despolitização aparente do temário dessa disciplina (Moraes, 2007).

Entende-se que uma abordagem geográfica naturalista e neutra para a análise do espaço nacional estava de acordo com os interesses autoritários do Estado Novo (1937-1945). Assim, a concepção Possibilista permitia a promoção do cientificismo como mecanismo de promoção da modernização – excluindo a relação das problemáticas regionais com o processo social e econômico do País – como também “[...] uma divisão regional hierarquizada, segundo unidades físicas, expressaria a divisão do território como instrumento do controle e da operacionalização de projetos econômicos pelo poder central” (Penha, 1993, p.89).

A divisão regional do território brasileiro proposta originalmente pelo professor Delgado de Carvalho, em 1913, é constituída por grandes blocos territoriais, bastante distintos entre si e facilmente caracterizáveis. Esses blocos denominados de “Grandes Regiões Naturais”, são constituídos, cada qual, por um

grande todo caracterizado por uma determinada unidade geral, tendo em vista aqueles fatos fundamentais “em torno dos quais se agrupam todos os outros” (Vallaux, C. 1929, p.162-163 *apud* Guimarães, 1941, p.348).

A fixação das regiões, conforme o modelo proposto por Delgado, orienta-se pelo agrupamento de elementos territoriais homogêneos (aspectos físicos em particular) o que garantia

[...]vantagem para a administração pública de generalizar procedimentos uniformes relativos às pesquisas e trabalhos geográficos e estatísticos e, sobretudo, para atender às conveniências práticas de não desmembrar qualquer Unidade Federada (Penha, 1993, p.108).

A estabilidade dos fenômenos concernentes à Geografia Física justificou a predileção por um modelo de regionalização baseado em aspectos físico-naturais. De acordo com Guimarães, “o estudo dum país extenso como o Brasil recomenda a divisão em ‘Grandes Regiões Naturais’, vastos blocos em pequeno número, cada um formando um grande todo, definido por algumas características gerais, distintas das dos outros”. Ademais, “cada uma delas deve ser, contudo, subdividida em partes menores, ‘Regiões’ propriamente ditas, e estas, por sua vez, em ‘Sub-regiões’, para um estudo cada vez mais pormenorizado” (Guimarães, 1941, p.330).

A distribuição das unidades federativas, conforme proposto pela regionalização elaborada por Delgado de Carvalho, ordena-se da seguinte maneira:

- a) **Brasil Setentrional ou Amazônico**(Acre, Amazonas e Pará);
- b) **Brasil Norte-oriental** (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas);
- c) **Brasil Oriental** (Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais);
- d) **Brasil Meridional** (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul);
- e) **Brasil Central** (Goiaz e Mato Grosso).

A definição de uma hierarquia regional – composta por uma “área core” (o Centro-Sul), uma “questão regional” (o Nordeste) e por regiões de “fronteiras” (Centro-Oeste e Amazônia) – “atribuiu ao Estado novos desafios, onde as

demandas pelas ações governamentais cresciam na mesma proporção do desenvolvimento econômico-social diferenciado”. Desse modo, “as intervenções são assim regionalizadas, porém concebidas numa escala nacional, cujas operações eram por vezes reflexos do espaço americano e mundial (fluxos econômicos e ideológicos)” (Penha, p.108, 1993).

Inseridas em um contexto de constituição do capitalismo-industrial brasileiro essas intervenções serviam à dinamização, modernização e integração das distintas porções do território nacional. Tinham como perspectiva o atendimento das demandas impostas pela expansão desse sistema. A definição de uma base territorial institucionalizada possibilitou que os levantamentos e divulgação de dados estatísticos fossem dispostos e coordenados tendo em conta as distintas regiões do País. Essa sistematização foi imprescindível à consubstancialização de planos de ação governamental, articulados em um contexto nacional-desenvolvimentista, em conformidade com as demandas requeridas por cada região.

Data, pois, desse período a articulação de um conjunto de planos de desenvolvimento para o país como é o caso do Plano Geral de Viação, Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional e do Plano Especial de Obras e Equipamentos (Costa, 1988).

Plano Geral de Viação

A elaboração do Plano Rodoviário de 1944 inscreve-se nesse projeto. Aprovado pelo Decreto nº 15.093 de 20 de março de 1944 tratou-se do primeiro plano rodoviário a ser aprovado pelo Governo Federal (Brasil, 1974). Ao passo que procurava integrar as múltiplas porções do País orientando-se pelas bacias hidrográficas, o Plano seguia a meta estabelecida de interiorização do País. Nesse sentido, a Rodovia Transbrasiliana demarcava as frentes de expansão do povoamento (Penha, 1999).

O traçado da rodovia, que fora sugerido pelo IBGE através da comissão Censitária Nacional, refletia a concepção acerca da existência de dois Brasis: um do interior e outro do litoral. Desse modo,

sendo um dos principais eixos rodoviários, propiciaria a distribuição geográfica das outras rodovias subsidiárias, as chamadas grandes

linhas troncos, longitudinais e transversais, e suas ligações com trechos estaduais, interdependentes (Penha, 1999, p. 114).

Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional

Elaborado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), em 1939, o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional tinha como objetivos fazer frente às atividades econômicas do Estado, de modo flexível e coerente, bem como ordenar as prioridades do gasto público (Draibe, 2004).

Tratava-se de um plano quinquenal, criado através do Decreto-lei nº 1.059, de 19 de janeiro de 1939, em que foram despendidas, em cinco anos, aproximadamente 10% da despesa orçamentária federal. O Plano contemplou investimentos nos setores da indústria de base, infraestrutura e, fundamentalmente, no reaparelhamento das Forças Armadas.

Da parcela total de gastos efetuados para sua implementação “[...] cerca de 45% foram destinados aos Ministérios da Guerra e Marinha, e outro tanto para investimentos em transporte, siderurgia, petróleo, Fábrica Nacional de Motores e geração de energia elétrica, nessa ordem de importância” (Draibe, 2004, p.91).

Plano de Obras e Equipamentos

O Plano de Obras e Equipamentos, de 1943, foi também elaborado pelo Dasp conjuntamente com a Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda, possuindo duração prevista de cinco anos. O Plano permaneceu nos limites de uma racionalização orçamentária bem como careceu de um órgão responsável pelo controle das prioridades estabelecidas e pelo cumprimento das metas estipuladas (Draibe, 2004). Em termos práticos, o Plano de Obras e Equipamentos limitou-se à orientação dos investimentos públicos e não propôs nenhuma medida de canalização dos fluxos de investimento privado.

Destaca-se que “tanto na sua forma quanto no seu conteúdo, mantinha continuidade em relação ao Plano Especial de 1939, absorvendo, ampliando e aperfeiçoando a experiência anterior”. Assim sendo, “em seu curto período de

existência, contemplou principalmente a formação do capital social básico e a instalação e ampliação das indústrias de base” (Draibe, 2004, p.94-95).

Concerne, também, a esse período a campanha de interiorização do País, designada como “Marcha Para o Oeste”. Empreendida pelo Governo Federal o projeto propunha-se a garantir a efetiva integração, bem como povoar e explorar as imensas áreas “desertas” do Brasil (supostamente riquíssimas em recursos naturais) (Penha, 1993). Vargas justifica a campanha argumentando que

a exploração agrícola e mineral do subsolo brasileiro contribuiria enormemente para o progresso industrial do País. Segundo ele, esta contribuiria também para criar um País uno, extinguindo de vez com a dualidade do Brasil das cidades e do Brasil dos sertões (Penha, 1993, p.58).

A necessidade de “interiorização” do País é colocada, pelos ensaios geopolíticos da época, enquanto processo fundamental para a consolidação da Unidade Nacional e domínio efetivo do território, bem como dos recursos contidos nele pelo Estado. Diante desse contexto, um conjunto de ações “abarcando levantamentos e sistematização de informações sobre o quadro territorial, estudos sobre divisão territorial e transferência da capital, transportes, racionalização dos limites interestaduais e intermunicipais, entre outros estudos e propostas” (Penha, 1993, p.63) são elaboradas e executadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do corolário de um complexo processo, de ordem interna e externa, concordando com Draibe (2004), germinaram as bases para o desenvolvimento de um capitalismo de Estado no Brasil. A Revolução de 1930 assinalou a consolidação desse regime no País, nesse período se tornou pujante a expansão da economia nacional, trata-se da constituição do capitalismo industrial e do Estado varguista. Grosso modo, entre 1930 e 1945 houve, de maneira centralizada e nacionalmente articulada, uma acelerada constituição do aparelho político-econômico brasileiro.

Tem-se, portanto, que em um curto período histórico condensaram-se as múltiplas faces da organização das estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista havendo, nesse sentido, a introdução de aparelhos regulatórios

e peculiaridades intervencionistas que possibilitaram o avanço da acumulação industrial.

A consolidação do capitalismo-industrial no país estabeleceu um conjunto de novas dinâmicas econômicas-territoriais, criando, conseqüentemente, o imperativo de se repensar a organização do espaço brasileiro. A elaboração da primeira divisão regional oficial insere-se, pois, nesse contexto. A definição de um modelo de regionalização oficial – que se apresentasse adequado para levantamento de dados estatísticos e estabilidade por um longo período – era imprescindível à formulação e promoção de políticas econômico-territoriais em um contexto de incentivo à industrialização.

O estabelecimento da Divisão Regional de 1942 constituiu-se enquanto articulação teórica de uma regionalização – que ao possibilitar o levantamento e divulgação de dados estatísticos das distintas regiões do território nacional – subsidiou a gestão administrativa. Possibilitando a viabilização e consubstanciação dos planos econômicos-territoriais imprescindíveis ao processo de consolidação do capitalismo industrial e do Estado capitalista brasileiro. Consubstanciação dada ainda no período e decisiva até o período contemporâneo ainda que tenha sofrido alterações no processo de desenvolvimento. Essas ações puderam ser expressas mediante: a campanha “Marcha Para O Oeste” (1938), criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) (1948), criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1946), criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sul e Sudoeste do País (Spvesud) (1956), bem como da destinação do orçamento da União à Região Nordeste (1946).

As ações executadas tinham como perspectiva a dinamização, modernização e integração do território nacional e assumiram um contundente caráter de segurança nacional e integração dos mercados regionais (até então caracterizados como “ilhas econômicas”).

Concluimos ainda pela forte interação entre a produção de um ideário acadêmico científico acerca da região natural e econômica fundada nos princípios geográficos lablachianos (presentes nos cursos de geografia recém fundados no Brasil) e o uso inequívoco desses princípios sobre o “proto planejamento” vigente na Era Vargas (1930-1945).

REFERÊNCIAS

- ANSELMO, R. C. M.S. **Geopolítica e formação territorial no Brasil**. In: VITTE, A. C.. (Org.). Contribuições à história e à epistemologia da Geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, v. , p. 189-215.
- ANSELMO, R. C. M.S. A visão conservadora de Oliveira Vianna e a organização do espaço agrário nacional. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro - SP, v. 25, p. 49-50, 1995.
- ARANHA, Patrícia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. **Terra Brasilis** (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, nº. 3, 2014.
- BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 24.609, de 06 de julho de 1934**. Cria o Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos. Lex: Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1934, Página 14257 (Publicação Original).
- BRASIL. Conselho Nacional De Transportes. **Planos de viação: evolução histórica (1808-1973)**. O Conselho, 1974.
- CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis** (Nova Série) [online], 3 | 2014, posto online no dia 26 agosto 2014, consultado 01 de abril 2020. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.990.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 1988.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: estado e industrialização no Brasil (1930-1960)**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FAISSOL, Speridião. Planejamento e geografia: exemplos da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 50, p. 85-98, 1988.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. São Paulo: São Paulo Editora S. A., 1976.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2007.
- GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v 3, n 2, p. 318-373, abr /jun 1941.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.2-25, 1999.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 1986.

LIRA, Larissa Alves de. A controvérsia da regionalização do Brasil de 1941: Pierre Monbeig e os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 169-185 jul |dez 2017.

MACHADO, L, O. **Origens do pensamento geográfico no Brasil: Meio Tropical, Espaços Vazios e a Ideia de Ordem (1870-1930)**. In: GOMES, P.C.C.; CASTRO, I.E.; CORREA, R.L. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes**, 1993.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.

SIRMON, Schwartzman. **A formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Finep, 1979. XIX, p. 481.

Recebido em 09 de março de 2023

Aceito em 13 de agosto de 2023